

# **II ENCONTRO NACIONAL DE DIREITO DO FUTURO - II ENDIF**

**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ÉTICA E  
LETRAMENTO DIGITAL**

---

I61

Inteligência artificial, ética e letramento digital [Recurso eletrônico on-line] organização II Encontro Nacional de Direito do Futuro: Escola Superior Dom Helder Câmara – Belo Horizonte;

Coordenadores: Leonardo Monteiro Crespo de Almeida e Paloma Mendes Saldanha – Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder Câmara - ESDHC, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-381-7

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Justiça social e tecnológica em tempos de incerteza.

1. Direito do Futuro. 2. Justiça Social. 3. Justiça Tecnológica. I. II Encontro Nacional de Direito do Futuro (1:2025 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34

---

## **II ENCONTRO NACIONAL DE DIREITO DO FUTURO - II ENDIF**

### **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ÉTICA E LETRAMENTO DIGITAL**

---

#### **Apresentação**

O II Encontro Nacional de Direito do Futuro (II ENDIF), organizado pelo Centro Universitário Dom Helder com apoio técnico do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito – CONPEDI, reafirma-se como um espaço qualificado de produção, diálogo e circulação do conhecimento jurídico, reunindo a comunidade científica em torno de um propósito comum: pensar, com rigor metodológico e sensibilidade social, os caminhos do Direito diante das transformações que marcam o nosso tempo. Realizado nos dias 09 e 10 de outubro de 2025, em formato integralmente on-line, o evento assumiu como tema geral “Justiça social e tecnológica em tempos de incerteza”, convidando pesquisadoras e pesquisadores a enfrentar criticamente os impactos da inovação tecnológica, das novas dinâmicas sociais e das incertezas globais sobre as instituições jurídicas e os direitos fundamentais.

Nesta segunda edição, os números evidenciam a força do projeto acadêmico: 408 trabalhos submetidos, com a participação de 551 pesquisadoras e pesquisadores, provenientes de 21 Estados da Federação, culminando na organização de 31 e-books, que ora se apresentam à comunidade científica. Essa coletânea traduz, em linguagem acadêmica e compromisso público, a vitalidade de uma pesquisa jurídica que não se limita a descrever problemas, mas busca compreendê-los, explicar suas causas e projetar soluções coerentes com a Constituição, com os direitos humanos e com os desafios contemporâneos.

A publicação dos 31 e-books materializa um processo coletivo que articula pluralidade temática, densidade teórica e seriedade científica. Os textos que compõem a coletânea passaram por avaliação acadêmica orientada por critérios de qualidade e imparcialidade, com destaque para o método double blind peer review, que viabiliza a análise inominada dos trabalhos e exige o exame por, no mínimo, dois avaliadores, reduzindo subjetividades e preferências ideológicas. Essa opção metodológica é, ao mesmo tempo, um gesto de respeito à ciência e uma afirmação de que a pesquisa jurídica deve ser construída com transparência, responsabilidade e abertura ao escrutínio crítico.

O II ENDIF também se insere em uma trajetória institucional já consolidada: a primeira edição, realizada em junho de 2024, reuniu centenas de pesquisadoras e pesquisadores e resultou na publicação de uma coletânea expressiva, demonstrando que o Encontro se consolidou, desde o início, como um dos maiores eventos científicos jurídicos do país. A

continuidade do projeto, agora ampliada em escopo e capilaridade, reafirma a importância de se fortalecer ambientes acadêmicos capazes de integrar graduação e pós-graduação, formar novas gerações de pesquisadoras e pesquisadores e promover uma cultura jurídica comprometida com a realidade social.

A programação científica do evento, organizada em painéis temáticos pela manhã e Grupos de Trabalho no período da tarde, foi concebida para equilibrar reflexão teórica, debate público e socialização de pesquisas. Nos painéis, temas como inteligência artificial e direitos fundamentais, proteção ambiental no sistema interamericano, proteção de dados e herança digital foram tratados por especialistas convidados, em debates que ampliam repertórios e conectam a produção acadêmica aos dilemas concretos vividos pela sociedade.

A programação científica do II ENDIF foi estruturada em dois dias, 09 e 10 de outubro de 2025, combinando, no período da manhã, painéis temáticos com exposições de especialistas e debates, e, no período da tarde, sessões dos Grupos de Trabalho. No dia 09/10 (quinta-feira), após a abertura, às 09h, realizou-se o Painel I, dedicado aos desafios da atuação processual diante da inteligência artificial (“Inteligencia artificial y desafios de derechos fundamentales en el marco de la actuación procesal”), com exposição de Andrea Alarcón Peña (Colômbia) e debate conduzido por Caio Augusto Souza Lara. Em seguida, às 11h, ocorreu o Painel II, voltado à proteção ambiental no Sistema Interamericano, abordando a evolução da OC-23 ao novo marco da OC-32, com participação de Soledad Garcia Munoz (Espanha) e Valter Moura do Carmo como palestrantes, sob coordenação de Ricardo Stanziola Vieira. No período da tarde, das 14h às 17h, desenvolveram-se as atividades dos Grupos de Trabalho, em ambiente virtual, com apresentação e discussão das pesquisas aprovadas.

No dia 10/10 (sexta-feira), a programação manteve a organização: às 09h, foi realizado o Painel III, sobre LGPD e a importância da proteção de dados na sociedade de vigilância, com exposições de Laís Furuya e Júlia Mesquita e debate conduzido por Yuri Nathan da Costa Lannes; às 11h, ocorreu o Painel IV, dedicado ao tema da herança digital e à figura do inventariante digital, com apresentação de Felipe Assis Nakamoto e debate sob responsabilidade de Tais Mallmann Ramos. Encerrando o evento, novamente no turno da tarde, das 14h às 17h, seguiram-se as sessões dos Grupos de Trabalho on-line, consolidando o espaço de socialização, crítica acadêmica e amadurecimento das investigações apresentadas.

Ao tornar públicos estes 31 e-books, o II ENDIF reafirma uma convicção essencial: não há futuro democrático para o Direito sem pesquisa científica, sem debate qualificado e sem compromisso com a verdade metodológica. Em tempos de incerteza — tecnológica, social,

ambiental e institucional —, a pesquisa jurídica cumpre um papel civilizatório: ilumina problemas invisibilizados, questiona estruturas naturalizadas, qualifica políticas públicas, tensiona o poder com argumentos e oferece horizontes normativos mais justos.

Registramos, por fim, nosso reconhecimento a todas e todos que tornaram possível esta obra coletiva — autores, avaliadores, coordenadores de Grupos de Trabalho, debatedores e equipe organizadora —, bem como às instituições e redes acadêmicas que fortalecem o ecossistema da pesquisa em Direito. Que a leitura desta coletânea seja, ao mesmo tempo, um encontro com o que há de mais vivo na produção científica contemporânea e um convite a seguir construindo, com coragem intelectual e responsabilidade pública, um Direito à altura do nosso tempo.

Belo Horizonte-MG, 16 de dezembro de 2025.

Prof. Dr. Paulo Umberto Stumpf – Reitor do Centro Universitário Dom Helder

Prof. Dr. Francelim Jorge Sobral de Brito – Vice-Reitor e Pró-Reitor de Graduação do Centro Universitário Dom Helder

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara – Pró-Reitor de Pesquisa do Centro Universitário Dom Helder

## **SEGURANÇA E TRANSPARÊNCIA DIGITAL: A INCIDÊNCIA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NA ÉTICA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

### **DIGITAL SECURITY AND TRANSPARENCY: THE INCIDENCE OF THE GENERAL DATA PROTECTION LAW ON THE ETHICS OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE**

**Ana Carolina Estevan Cardoso  
Isadora Barboza de Oliveira**

#### **Resumo**

Esta pesquisa aborda a suficiência da Lei Geral de Proteção de Dados no tratamento de dados pessoais por sistemas de inteligência artificial. Investiga-se a origem da proteção de dados no Brasil e a influência do Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia na LGPD. Com abordagem qualitativa, explorou-se as implicações da opacidade algorítmica e automação das decisões no contexto da privacidade. Analisa-se os princípios da LGPD para garantir transparência dos sistemas de IA e examinou a atuação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Conclui-se que a LGPD apresenta lacunas que necessitam regulamentações mais específicas para sistemas automatizados.

**Palavras-chave:** Lei geral de proteção de dados, Inteligência artificial, Dados pessoais, Privacidade, Ética digital

#### **Abstract/Resumen/Résumé**

This research examines the adequacy of Brazil's General Data Protection Law (LGPD) in handling personal data by artificial intelligence systems. It investigates the origins of data protection in Brazil and the influence of the European Union's GDPR. Using a qualitative approach, it explores algorithmic opacity and decision-making automation in the context of privacy. It analyzes LGPD principles to ensure AI system transparency and reviews the role of the National Data Protection Authority. The study concludes that the LGPD contains gaps that require more specific regulations for automated systems.

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** General data protection law, Artificial intelligence, Personal data, Privacy, Digital ethics

## **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sancionada no Brasil em 2018, surge em um cenário de crescente digitalização e utilização massiva de dados pessoais em diversas esferas da sociedade. O avanço acelerado da tecnologia, especialmente com o desenvolvimento da inteligência artificial (IA), gerou novas oportunidades de inovação, mas também novos desafios relacionados à privacidade e à segurança dos dados pessoais dos cidadãos.

Neste contexto tecnológico complexo, a presente pesquisa visa analisar a incidência da LGPD no tratamento de dados por sistemas de IA, abordando a adequação da legislação frente aos desafios tecnológicos atuais e suas implicações na construção de uma ética digital responsável. A investigação busca identificar as possíveis lacunas e avanços da LGPD na proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos, considerando seu alinhamento com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia.

A relevância desta pesquisa se justifica pela urgência de compreender como a legislação brasileira pode responder adequadamente aos desafios impostos pela Quarta Revolução Industrial. Sistemas de IA processam volumes massivos de dados pessoais de forma automatizada, muitas vezes com algoritmos opacos que dificultam a transparência exigida pela LGPD. Esta opacidade algorítmica levanta questões fundamentais sobre como garantir que os princípios de finalidade, necessidade e adequação sejam efetivamente aplicados.

A metodologia adotada para esta investigação foi de natureza qualitativa, com pesquisa exploratória e análise comparativa entre a LGPD e o GDPR. Utilizou-se análise de conteúdo para interpretar os dados coletados a partir de fontes bibliográficas e documentais relevantes, visando identificar as principais implicações da LGPD no tratamento de dados por sistemas de inteligência artificial.

## **2. A LGPD E OS FUNDAMENTOS DA PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL**

A LGPD foi elaborada para regulamentar o tratamento de dados pessoais no Brasil, estabelecendo um marco regulatório que visa proteger a privacidade dos indivíduos sem prejudicar as inovações tecnológicas. A legislação se fundamenta em princípios constitucionais brasileiros, especialmente na proteção da privacidade prevista no art. 5º, inciso X, da Constituição Federal de 1988.

Como destacam Mendes *et al.* (2020), o direito à privacidade no Brasil tem raízes

profundas na Constituição, que garante a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. A LGPD configura-se como uma extensão dessa proteção constitucional, estabelecendo normas específicas para o tratamento de dados pessoais e buscando adequar o direito à privacidade às demandas de uma sociedade digital.

Um dos pilares fundamentais da LGPD é o conceito de autodeterminação informativa, que se refere ao direito dos indivíduos de controlar suas próprias informações pessoais. Segundo Gonçalves (2019), este princípio assegura aos cidadãos a capacidade de decidir sobre a coleta, o uso e o compartilhamento de seus dados pessoais, permitindo-lhes maior controle sobre suas informações em um ambiente digital frequentemente opaco.

A transparência constitui outro princípio fundamental da LGPD, exigindo que as empresas informem de maneira clara e acessível aos titulares de dados sobre as práticas de coleta e tratamento de suas informações. Para Mendes *et al.* (2020), essa transparência é essencial para criar um ambiente de confiança entre os usuários e as organizações que coletam dados, garantindo que os cidadãos possam tomar decisões informadas sobre o compartilhamento de suas informações.

### **3. A INSPIRAÇÃO DO GDPR NA CONSTRUÇÃO DA LGPD**

A LGPD foi significativamente influenciada pelo GDPR da União Europeia, adotando conceitos centrais como transparência, segurança e responsabilidade no tratamento de dados pessoais. Como observam Prestes *et al.* (2021), essa harmonização reflete uma tendência global em direção a uma maior proteção dos direitos dos titulares de dados, especialmente em um ambiente digital que transcende fronteiras nacionais.

A aplicação extraterritorial da LGPD, uma característica central do GDPR, foi incorporada à legislação brasileira, estabelecendo que empresas localizadas fora do Brasil, mas que processem dados de pessoas no país, também estão sujeitas à LGPD. Koch (s.d.) destaca que essa abrangência internacional demonstra uma tentativa de adequar o Brasil às exigências de um mercado global interconectado.

Uma análise comparativa revela que ambos os regulamentos definem direitos específicos aos titulares de dados. Koch (s.d.) observa que a LGPD lista nove direitos fundamentais, enquanto o GDPR estabelece oito, sendo que muitos desses direitos são equivalentes em suas essências. A LGPD detalha de forma mais explícita certos direitos, como o direito à informação sobre o compartilhamento de dados com terceiros, indicando uma adaptação às necessidades específicas do contexto brasileiro.



#### **4. DESAFIOS DA IA PARA A APLICAÇÃO DA LGPD**

O avanço da inteligência artificial impõe desafios significativos à aplicação da LGPD, uma vez que a coleta e o tratamento de dados pessoais são elementos centrais para o funcionamento dessas tecnologias. Como define Gonçalves (2019), considerando que inteligência artificial se trata da "arte de criar máquinas que desempenhem funções que requeiram inteligência quando realizadas por pessoas", o desenvolvimento de sistemas de IA depende do processamento de grandes volumes de dados, levantando preocupações quanto à privacidade e proteção dos titulares.

A capacidade das máquinas de realizar análises complexas e gerar inferências detalhadas pode acarretar riscos como discriminação algorítmica e violação de direitos fundamentais. A evolução dos algoritmos de IA, que vêm adquirindo habilidades antes exclusivas dos humanos, amplia ainda mais o alcance das decisões automatizadas, exigindo regulamentações detalhadas que assegurem conformidade com os princípios da LGPD.

Um desafio particular é a opacidade dos algoritmos de IA, que muitas vezes funcionam como "caixas pretas", dificultando a compreensão de como as decisões são tomadas. Esta opacidade pode comprometer o cumprimento do princípio da transparência estabelecido pela LGPD, uma vez que os titulares de dados podem não conseguir compreender como suas informações estão sendo processadas e utilizadas.

A automação da tomada de decisões representa outro desafio significativo. Sistemas de IA podem tomar decisões que afetam diretamente os indivíduos sem intervenção humana adequada, o que pode comprometer os direitos dos titulares de dados de contestar decisões automatizadas, conforme previsto na LGPD.

#### **5. RESPONSABILIDADE CIVIL E SEGURANÇA DE DADOS NA IA**

A responsabilidade civil no contexto da IA apresenta complexidades significativas, especialmente quando se observa o tratamento de grandes volumes de dados sensíveis. Como destacam Rosenvald e Martins (2020), a responsabilidade civil em casos envolvendo IA pode ser difusa, visto que o tratamento de dados pessoais não é realizado por uma única entidade. A responsabilidade pode ser compartilhada entre diversos atores, como desenvolvedores de sistemas, programadores de algoritmos e controladores de dados.

A autonomia dos sistemas de IA, que podem agir de maneira imprevisível, torna ainda mais difícil identificar um responsável direto quando ocorrem violações de dados ou decisões prejudiciais. Rosenvald *et al.* (2022) enfatizam que a transparência nos processos de tomada de decisão e o controle sobre o comportamento dos sistemas de IA são fundamentais

para mitigar os riscos associados à responsabilidade civil.

A segurança dos dados pessoais é uma preocupação central no uso da IA. A LGPD estabelece que os controladores de dados devem adotar medidas técnicas e administrativas adequadas para proteger as informações pessoais. Entretanto, a constante inovação e criação de novos sistemas, que muitas vezes operam sem supervisão humana direta, podem resultar em falhas de segurança que expõem os dados dos indivíduos.

## **6. A ATUAÇÃO DA ANPD E SUAS LIMITAÇÕES**

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) foi instituída pela LGPD com a missão de regular, fiscalizar e promover a proteção de dados pessoais no Brasil. É responsável por elaborar diretrizes para aplicação da LGPD, supervisionar seu cumprimento e aplicar sanções administrativas em casos de infrações.

Além de sua função normativa e fiscalizadora, a ANPD tem um importante papel educacional, promovendo campanhas de conscientização para informar tanto os titulares de dados quanto as organizações sobre seus direitos e obrigações. A educação em proteção de dados é uma das formas de prevenir infrações e assegurar que os princípios da transparência e responsabilidade sejam observados.

Entretanto, a ANPD enfrenta desafios estruturais e operacionais significativos. Sua consolidação ainda está em curso, implicando possíveis limitações na fiscalização e aplicação da lei. Sarlet e Rodriguez (2022) observam que restrições financeiras e de recursos humanos, especialmente a dificuldade em captar profissionais qualificados na área de Tecnologia da Informação, comprometem a atuação plena da ANPD.

A fiscalização desempenha papel central na proteção de dados pessoais, funcionando como mecanismo de controle e garantia de que a LGPD seja aplicada de maneira eficaz. Sarlet e Rodriguez (2022) argumentam, ainda, que a fiscalização eficiente é forma de preservação do interesse público e da segurança jurídica, especialmente quando as informações pessoais se tornaram ativo estratégico tanto para empresas quanto para governos.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise da incidência da LGPD no contexto da inteligência artificial revela uma complexa interação entre a legislação de proteção de dados e o avanço tecnológico. Embora a LGPD represente um marco significativo na regulação do tratamento de dados pessoais no Brasil, ela apresenta desafios substanciais frente à rápida evolução das tecnologias emergentes.

A pesquisa demonstrou que, embora a LGPD tenha sido inspirada no GDPR, ela

pode carecer de diretrizes específicas para o tratamento de dados gerados por IA, que envolvem questões complexas como opacidade algorítmica, automação da tomada de decisões e falta de transparência nos processos de coleta e utilização de dados.

A importância da transparência e explicabilidade dos sistemas de IA tornou-se evidente como aspectos fundamentais para o cumprimento da LGPD. A aplicação efetiva dos princípios da finalidade, necessidade e adequação depende de maior clareza sobre como as informações são processadas, armazenadas e utilizadas pelos sistemas de IA.

O fortalecimento institucional da ANPD emerge como necessidade urgente. As limitações da autoridade, especialmente em relação à autonomia, recursos financeiros e humanos, podem restringir sua capacidade de fiscalização eficaz. A atuação da ANPD necessita ser ampliada, não apenas em termos de fiscalização, mas também na promoção de uma cultura de proteção de dados no Brasil.

Conclui-se que, para que a LGPD seja eficaz no contexto da inteligência artificial, ela possivelmente precisa ser acompanhada de fiscalização robusta, interpretação dinâmica por parte dos operadores do direito e constante adaptação à realidade tecnológica. A proteção de dados pessoais no Brasil, especialmente frente à IA, exige equilíbrio delicado entre inovação e direitos fundamentais.

A regulamentação da IA deve ser vista como esforço colaborativo entre os setores público e privado, com papel central para a ANPD na articulação de normas que contemplem tanto os direitos dos cidadãos quanto os avanços tecnológicos. Este equilíbrio será crucial para garantir que os avanços tecnológicos não sejam feitos em detrimento da privacidade e liberdade dos cidadãos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em 06 set. 2024.

CRAVO, Daniela C. Direitos do titular dos dados no poder público: análise da portabilidade de dados. **Revista Da ESDM**, vol. 6, noº. 11, 2020, p. 11. Disponível em: <https://doi.org/10.29282/esdm.v6i11.135>. Acesso em: 17 nov. 2024.

GONÇALVES, L. R. Potenciais efeitos da LGPD no uso de aplicações de inteligência artificial. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-fev-28/lukas-ruthes-potenciais-efeitos-lgpd-uso-aplicacoes-ia/>. Acesso em: 08 set. 2024.

KOCH, Richie. **GDPR vs LGPD: Similarities and Differences**, [s.d.]. Disponível em: <https://gdpr.eu/gdpr-vs-lgpd/>. Acesso em: 1 dez. 2024.

MENDES, Laura S. Autodeterminação informativa: a história de um conceito. **Pensar - Revista De Ciências Jurídicas**, vol. 25, nº. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/2317-2150.2020.10828>. Acesso em: 20 nov. 2024.

PRESTES, Marcus V. *et al.* Lei geral de proteção de dados nº 13.709/2018: apontamentos sobre sua contextualização como marco legal no Brasil. **Research, Society and Development**, vol. 10, nº. 12, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20906>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ROSENVALD, Nelson; MARTINS, Guilherme Magalhães. **Responsabilidade civil e novas tecnologias**. São Paulo: Editora Foco, 2020.

ROSENVALD, Nelson *et al.* **Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo**. São Paulo: Editora Foco, 2022.

SARLET, Gabrielle Bezerra Sales; RODRIGUEZ, Daniel Piñeiro. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): elementos para uma estruturação independente e democrática na era da governança digital. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 27, n. 3, p. 217-253, 2022.